



ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte

Publicado no mural da
Prefeitura de Cumaru do Norte
Em: 20 / 02 / 2018
Carolina R. da Silva
Assinatura

Lei Municipal Nº 334/2018

Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de Inspeção Sanitária em estabelecimentos que produzem produtos de origem animal e dá outras providências, no Município de Cumaru do Norte-PA.

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE CUMARU DO NORTE-PA, senhora Cleusa Gonçalves Vieira Temponi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Legislação Federal, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Esta Lei Fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de Cumaru do Norte-PA, para industrialização, o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal, cria o Serviço de Inspeção municipal - SIM e dá outras providências.

Parágrafo Único - Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº. 9. 712/1998, ao Decreto Federal nº.5.741/2006 e ao Decreto nº.7.216/2010, que constitui e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Art.2º - A inspeção Municipal depois de Instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º - A inspeção Municipal depois de instalada, pode ser executada de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

I- Entende-se por espécie animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 2º - Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.

I- Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente da Secretaria Municipal de Agricultura, considerando o risco dos diferentes produtos de processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função de implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º - A inspeção sanitária se dará:

I- No estabelecimento que recebem animais, matérias-primas, produtos, subparágrafo Único - A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos





Publicado no mural da
Prefeitura de Cumaru do Norte
Em: 20 / 02 / 2018
Assinatura

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte

responsáveis pelos serviços, produtos e seus derivados, de origem animal para beneficiamento ou industrialização;

II- Nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 4º - Caberá ao Serviço de Inspeção Municipal da Secretaria de agricultura a responsabilidade das atividades de Inspeção Sanitária.

Art. 3º - Os princípios a serem seguidos no presente regulamento são:

- I- Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;
- II- Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;
- III- Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 4º - A secretaria de agricultura poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com Municípios, Estados e a União, poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção Sanitária em conjunto com outros municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao Suasa (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária).

Parágrafo Único - Após a adesão do SIM ao Suasa os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º - A Fiscalização Sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem. No transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Secretária de Saúde, e Agricultura, incluindo restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecimento na Lei 8.080/1990.

Parágrafo Único - A inspeção e a fiscalização serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposição, paralelismos e duplicidade de inspeção sanitária entre os Órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 6º - O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.





ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte

Publicado no mural da
Prefeitura de Cumaru do Norte

Em: 20 / 09 / 2018

Deverilken R. da Silva

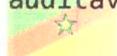
Assinatura

Parágrafo Único - Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma industrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados (250 m²), destinado exclusivamente ao procedimento de produtos de origem animal, dispendo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carne, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

- a) Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs e outro pequenos animais) - aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 5 toneladas de carnes por mês.
- b) Estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e brades animais (bovinos/bubalinos/equinos) - aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 toneladas de carnes por mês.
- c) Fábrica de produtos cárneos - aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 5 toneladas de carnes por mês.
- d) Estabelecimento de abate e industrialização de pescado - enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e/ou subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de 4 toneladas de carnes por mês.
- e) Estabelecimentos de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 dúzias/mês.
- f) Unidade de extração e beneficiamento dos produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 toneladas por ano.
- g) Estabelecimentos industrial de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de leite e derivados previstos no presente Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 litros de leite por mês.

Art. 7º - Será construído um Conselho de Inspeção Sanitária com a participação da Secretaria da Agricultura e da Saúde, dos agricultores e dos consumidores para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre a criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Art. 8º - será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis.



Prefeitura Municipal
Cumaru
do norte
SEMPRE AO LADO DO POVO



Publicado no mural
Prefeitura de Cumaru do No
Em: 20 / 02 / 2018
Assinatura

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte

Parágrafo Único: Será de responsabilidade de Secretaria de Agricultura e da Saúde a alimentação e manutenção do Sistema Único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo Município.

Art. 9º - Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

- I- Requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal;
- II- Laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pela Secretaria de Agricultura.
- III- Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a resolução do CONAMA nº 385/2006;

Parágrafo Único - Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº.385/2016, são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar a Licença Ambiente Única.

- IV- Documento da autoridade municipal e Órgão de saúde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento;
- V- Apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;
- VI- Plantas baixas ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivos simples e suscito da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento de tratamento de esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;
- VII- Memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;
- VIII- Boletim oficial de exame da água de abastecimento, casa não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

§ 1º - Tratando-se agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

§ 2º - Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimentos, redes de esgoto, tratamentos de efluentes e situação em relação ao terreno.

Art. 10 - O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tale, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.



Prefeitura Municipal
Cumaru
do norte
SEMPRE AO LADO DO POVO



Publicado no m
Prefeitura de Cumaru do
Em: 20 / 02 / 2018
Ouvierlan R. Silva
Assinatura

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte

Parágrafo Único - O serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção previstos nesse Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do Órgão competente.

Art. 11 - A embalagem de produtos de animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações prevista no caput deste artigo.

Art. 12 - Os produtos deveram ser transportados em condições adequada para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Art. 13 - A matéria prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portaria específicas.

Art. 14 - Serão editadas normas específicas para venda direta de produtos e pequenas quantidades, conforme previsto no Decreto Federal nº.7.541/2006.

Art. 15 - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria de Agricultura e Saúde, constantes no Orçamento Municipal.

Art. 16 - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de Resoluções e Decretos baixados pela Secretaria de Agricultura, após debatidos no Conselho de Inspeção Sanitária.

Art. 17 - Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei.

Art. 18 - O poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte - PA, aos 20 de fevereiro 2018.


CLUESA GONÇALVES VIEIRA TEMPONI
Prefeita de Cumaru do Norte

